



## RIMA INDUSTRIAL S/A

Anel Rodoviário, km 4,5 – Bairro Novo das Indústrias

30.622-910 - Belo Horizonte - MG - Brasil

Telefone. (55)(31) 3329-4120 / Fax (55)(31) 3329-4104

E.mail : energia@rima.com.br - Internet: www.rima.com.br

## SUPERINTENDÊNCIA DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ref.: Nº Processo 2244394

**RIMA INDUSTRIAL S/A**, com sede no Distrito Industrial de Bocaiuva, em Bocaiuva/MG, CEP 39.390-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.279.158/0001-08, vem, respeitosa e tempestivamente, apresentar, concomitantemente, a justificativa de sua conduta e a contestação à penalidade que lhe foi aplicada e acima referida, fazendo-o nos termos e razões seguintes.

### 1. DOS FATOS:

1. Foi indevidamente imputada à RIMA penalidade por suposta inadimplência no valor de R\$ 248.581,27, relativa a período em que o agente valia-se de liminar deferida no Mandado de Segurança n.º 1045265-51.2025.4.01.3400.

2. Com efeito, relativamente à liquidação correspondente à competência de março de 2025 (liquidação realizada em maio de 2025), a RIMA, em 09 de maio de 2025, impetrou e obteve liminar no Mandado de Segurança n.º 1045265-51.2025.4.01.3400, afastando todo e qualquer ônus decorrente da diferença de preços entre submercados e suspendendo o pagamento de valor que lhe era então imputado, *verbis*:

“*Ante o exposto, **DEFIRO A LIMINAR** para determinar à autoridade coatora que:*

*a) se abstenha de impor à impetrante quaisquer ônus decorrentes das diferenças dos Preços de Liquidação das Diferenças (PLDs) entre os Submercados NE e SE/CO, associados à limitação do intercâmbio de energia entre os referidos submercados, enquanto não houver apreciação definitiva do Requerimento Administrativo nº 48500.015702/2025-40;*

*b) oficie-se, com urgência, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE, no endereço eletrônico indicado, para que não efetive, na liquidação do MCP prevista para 12/05/2025, a cobrança do montante de R\$ 14.558.046,98 imputado à impetrante, em razão da pendência de deliberação administrativa sobre os fatos subjacentes” (doc. 01).*



INDUSTRIAL



AUTOMOTIVE



FORESTRY



MINING





## RIMA INDUSTRIAL S/A

Anel Rodoviário, km 4,5 – Bairro Novo das Indústrias

30.622-910 - Belo Horizonte - MG - Brasil

Telefone. (55)(31) 3329-4120 / Fax (55)(31) 3329-4104

E.mail : energia@rima.com.br - Internet: www.rima.com.br

3. Em sentença de mérito datada de 06/02/2025, foi concedido o Mandado de Segurança com a expressa confirmação da liminar, *verbis*:

*“Pelo exposto, **CONFIRMO A DECISÃO (ID 2185774262)** e CONCEDO a segurança para determinar à autoridade coatora que se abstenha de impor à impetrante quaisquer ônus decorrentes das diferenças dos Preços de Liquidação das Diferenças (PLDs) entre os Submercados NE e SE/CO, associados à limitação do intercâmbio de energia entre os referidos submercados, enquanto não houver apreciação definitiva do Requerimento Administrativo nº 48500.015702/2025-40.” (doc. 02).*

4. Como se vê, a r. Sentença de mérito confirmou a liminar originalmente deferida de modo que, independentemente de haver a ANEEL decidido o Processo Administrativo correlato e da recontabilização dos efeitos comerciais da liminar, não se podem imputar à RIMA penalidades, uma vez que sua conduta não somente era lícita à época da sua prática (o que é já um argumento definitivo e suficiente para evitar a imputação de infrações e penalidades), como foi também e adicionalmente corroborada pela confirmação da liminar na r. Sentença de mérito (embora sequer fosse necessária essa corroboração, dada a licitude original da conduta) – como explicitamos no próximo tópico.

### 3. DO DIREITO: IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE POR CONDUTA PRATICADA NA VIGÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL QUE A LEGITIMA

5. A decisão preliminar de aplicar a penalidade supramencionada não pode ser mantida, porquanto contraria tanto as razões de fato acima expostas, quanto as razões de direito abaixo explicitadas.
6. Como já indicado acimam, a liminar que originalmente desonerou a RIMA (e, por essa só razão autônoma e suficiente, tornou sua conduta imune à imputação de infrações e penalidades desde a sua origem) foi confirmada por sentença de mérito – razão adicional, também autônoma e suficiente, para a impossibilidade de apenar o agente.



INDUSTRIAL



AUTOMOTIVE



FORESTRY

FSC® C121993



MINING







## RIMA INDUSTRIAL S/A

Anel Rodoviário, km 4,5 – Bairro Novo das Indústrias

30.622-910 - Belo Horizonte - MG - Brasil

Telefone. (55)(31) 3329-4120 / Fax (55)(31) 3329-4104

E.mail : energia@rima.com.br - Internet: www.rima.com.br

7. Em primeiro lugar, ressalta-se, destarte, o fato de que a confirmação da liminar pela r. Sentença de mérito atesta, por si só, a óbvia impossibilidade de imputação de infração e penalidade à RIMA.
8. Em segundo lugar, nem sequer seria necessária a confirmação da liminar pela r. Sentença de mérito para que fosse reconhecida a impossibilidade absoluta de imputa penalidades à RIMA, uma vez que sua conduta sempre foi lícita e originalmente amparada em medida liminar judicialmente concedida.
9. A imputação penalidade é ilegítima *in casu* porque não pode retroagir para passar a qualificar como supostamente ilegítima conduta que, à época de sua prática, era, ao contrário, inequivocamente amparada em medida liminar deferida judicialmente.
10. Nessa medida, é ilegítima a penalidade em questão por desconsiderar que a circunstância fundamental de que a reversibilidade de efeitos comerciais não se estende a imputações penais. Ora, não pode haver dúvida de que aquele que não efetuou o pagamento de valores que tiveram sua exigibilidade suspensa por decisão judicial (e o fez posteriormente quando tais valores voltaram a ser exigíveis) obviamente não inadimpliu tais valores e, de modo ainda mais evidente, não pode sofrer a comunicação de penalidades.
11. A razão é singela: a conduta praticada em conformidade com uma medida judicial é atípica (isto é, não corresponde a nenhuma infração, nem, muito menos, à inadimplência) e desprovida de culpabilidade (por não apresentar *animus* infracional).
12. Registre-se que a própria ANEEL já se manifestou nesse sentido até mesmo em relação a uma decisão da CCEE que equivocadamente pretendia aplicar uma penalidade por insuficiência de lastro, após a cassação de uma liminar que isentou a DELTA Comercializadora de aporte de lastro. Naquela oportunidade a Procuradoria Geral da ANEEL, inclusive com respaldo em precedente do C. STJ, assentou o entendimento segundo o qual a conduta praticada pelo agente com base em autorização judicial específica não pode ser tida como típica.



INDUSTRIAL



AUTOMOTIVE



FORESTRY



MINING





## RIMA INDUSTRIAL S/A

Anel Rodoviário, km 4,5 – Bairro Novo das Indústrias

30.622-910 - Belo Horizonte - MG - Brasil

Telefone. (55)(31) 3329-4120 / Fax (55)(31) 3329-4104

E.mail : energia@rima.com.br - Internet: www.rima.com.br

13. Registre-se que a própria ANEEL já se manifestou nesse sentido até mesmo em relação a liminares posteriormente cassadas. Tal se extrai do Parecer nº 670/2010 PGE/ANEEL lavrado nos autos dos Processos nºs 48500.004162/2009-59 e 48500.005718/2009-24. Ressalte-se que a opinião jurídica da Procuradoria Geral da ANEEL foi acolhida por unanimidade pela Diretoria Colegiada da ANEEL que cancelou de ofício 14 todas as penalidades aplicadas pela CCEE e determinou a apuração da insuficiência de lastro observando-se a liminar vigente à época dos fatos, conforme se depreende do Despacho ANEEL nº 2.301/2010, publicado no DOU de D.O. de 23.08.2010, seção 1, p. 73, v. 147, n. 161 (Doc.03).

14. A isso, acrescente-se que o próprio inciso II do art. 120 da Resolução Normativa ANEEL nº 957/2021 evidencia que “a suspensão” da exigibilidade do crédito “*não sujeitará o Agente da CCEE às penalidades tratadas nos Capítulos IV e VIII deste Título*”, *verbis*:

*“Art. 120. Na ocorrência de concessão de medida liminar ou tutela antecipada em processo judicial que determine, de forma expressa, a suspensão da obrigação de pagar eventual débito apurado na contabilização mensal realizada pela CCEE, anteriormente à realização da respectiva liquidação financeira do período mensal considerado, a CCEE deverá observar os seguintes procedimentos:*

*...*

*II - a suspensão terá vigência enquanto presentes os efeitos da medida judicial considerada **E NÃO SUJEITARÁ O AGENTE DA CCEE ÀS PENALIDADES TRATADAS NOS CAPÍTULOS IV E VIII DESTES TÍTULOS**, com exceção do disposto no art. 121; e”.*

15. Como se vê, a penalidade fica afastada em definitivo, como estabelece a segunda parte do inciso II do art. 120 da Resolução Normativa ANEEL nº 957/2021: “a suspensão ... e não sujeitará o Agente da CCEE às penalidades tratadas nos Capítulos IV e VIII deste Título”, independentemente da vigência temporária da liminar (a que se refere a primeira parte do mesmo inciso e relativamente apenas aos efeitos comerciais).

16. Resta evidente, destarte, a impossibilidade de imputação de penalidades àquele que teve a sua conduta amparada em medida judicial, inclusive em obediência ao direito de acesso à jurisdição constitucionalmente consagrado (inciso XXXV do art. 5º da Constituição da República).

### 3. DO PEDIDO:



INDUSTRIAL



AUTOMOTIVE



FORESTRY



MINING







## RIMA INDUSTRIAL S/A

Anel Rodoviário, km 4,5 – Bairro Novo das Indústrias

30.622-910 - Belo Horizonte - MG - Brasil

Telefone. (55)(31) 3329-4120 / Fax (55)(31) 3329-4104

E.mail : energia@rima.com.br - Internet: www.rima.com.br

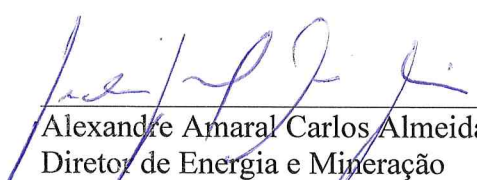
17.

Ante o exposto, a RIMA requer que:

- (i) seja recebida a presente justificativa da licitude de sua conduta e contestação à ilegítima penalidade que lhe foi imposta, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio para suspender a imputação de penalidade na matéria em questão;
- (ii) no mérito, sejam acolhidas as suas razões e, em qualquer hipótese, seja reconhecida a impossibilidade de aplicação de qualquer penalidade à RIMA na matéria em questão, desconstituindo, definitivamente, todos os efeitos, próprios e impróprios, da penalidade aplicada;
- (iii) seja a RIMA intimada dos demais atos e termos do processo correlato.

Termos em que pede deferimento.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2026.

  
Alexandre Amaral Carlos Almeida  
Diretor de Energia e Mineração

  
Anderson Clayton dos Reis  
Diretor Administrativo e Financeiro



INDUSTRIAL



AUTOMOTIVE



FORESTRY



MINING

